



GUIA DE POLÍTICAS TERRITORIAIS DO GOVERNO FEDERAL



PROGRAMA DE FORMAÇÃO
PAUL SINGER
AGENTES DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva
MINISTRO DO TRABALHO E
EMPREGO
Luiz Marinho
SECRETÁRIO NACIONAL DE
ECONOMIA POPULAR E
SOLIDÁRIA
Gilberto Carvalho
DIRETOR DE PARCERIAS E
FOMENTO
Fernando Zamban
DIRETOR DE PROJETOS
Sergio Godoy
COORDENADORA-GERAL DE
PROJETOS
Antônia Vanderlúcia Oliveira
Simplício
COORDENADORA DO
SISTEMA NACIONAL DE
FORMAÇÃO EM ECONOMIA
POPULAR E SOLIDÁRIA
Kamila Araújo Bezerra
COORDENAÇÃO DO
PROGRAMA DE FORMAÇÃO
PAUL SINGER – AGENTES DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA
Raimunda de Oliveira Silva
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS DA
FUNDACENTRO
Higor Thales Rocha Lopes

COORDENADOR-GERAL DO
PROMAT
Eberval Oliveira Castro
EQUIPE DE SAÚDE E
SEGURANÇA DO TRABALHO
DO PROMAT DE ECONOMIA
POPULAR E SOLIDÁRIA DA
FUNDACENTRO
Solange Regina Schaffer
(coordenadora)
Juliana Andrade Oliveira
Marcelo Alexandre de
Vasconcelos
Maria de Lourdes Alencar
Rafael Mônico
Thaís Helena de Carvalho
Barreira
ELABORAÇÃO E REVISÃO DO
TEXTO
Alessandra Lemos Desigant
Clarinha Glock
Denise Vieira Pereira
Eliane de Moura Martins
Gabriela Santana do Vale
Ivone de Santana
Luciana Pena Morgado
Marcela Vieira Gonçalves
Mariana de Souza Fonseca
Raimunda de Oliveira Silva
DESIGN E DIAGRAMAÇÃO
Ana Peroba
Dora Bragança Castagnino

Os textos são uma atualização dos Cadernos Pedagógicos elaborados para a formação das Coordenações Estaduais do Programa Paul Singer.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
PARTICIPAÇÃO SOCIAL	07
POLÍTICAS DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA	08
1. Programa de Formação Paul Singer – Agentes de Economia Popular e Solidária	08
2. Educar e Cooperar	09
3. Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional	09
4. Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC)	10
5. Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL)	11
6. Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo (ONESC)	11
7. Sistema Nacional de Finanças Solidárias	12
8. Circuito Brasileiro de Feiras de Economia Solidária	12
9. Centros Públicos de Economia Popular e Solidária	12
10. Redes de Economia Solidária	13
11. Cooperativismo de Plataforma	14
12. Gestão de resíduos nas terras Yanomami e Ye'kwana...	14

POLÍTICAS DE FOMENTO À SEGURANÇA ALIMENTAR E À AGRICULTURA FAMILIAR

1. Plano Brasil sem fome	15
1.1. Plano de Aquisição de Alimentos (PAA)	15
1.2. Bancos de Alimentos	16
1.3. Restaurantes Populares	16
1.4. Quintais Produtivos para as mulheres	17
1.5. Lavanderias coletivas agroecológicas	18
1.6. Territórios Bolsa Verde	18
2. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	19

3. Cozinhas Solidárias	22
4. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo)	23
5. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	23
6. Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais	24
7. Programa de Produção e Consumo de Alimentos Saudáveis nos Territórios do Nordeste (PAS Nordeste)	25
8. Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF)	25

POLÍTICAS DE SAÚDE

1. Sistema Único de Saúde (SUS)	26
1.1 Unidades Básicas de Saúde (UBS)	27
1.2 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)	27
1.3 Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest)	28
2. Programa de Formadores de Educadores Populares de Saúde	29
3. Plataforma de Inteligência Cooperativa com a Atenção Primária à Saúde (PICAPS)	30

POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1. Sistema Único de Assistência Social	31
1.1 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	32
1.2 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	32
1.3 Centros de Referência Especializado para População de Rua	33

Outros Programas

Casa da Mulher Brasileira.....	33
Conselho Tutelar	34
2. Centros de Cidadania PopRuam	35
3. Plano Nacional Pena Justa	35
4. Periferia Viva – Urbanização de Favelas	36
5. Projeto Agentes Territoriais da Igualdade Racial	36
6. Territorialização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	37

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO

1. Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo	38
2. Escolas de Educação de Jovens e Adultos (EJA)	39
3. Centros de Educação e Cooperação Socioambiental	40
4. Centros Vocacionais Tecnológicos	41
5. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	42
6. Programa Pé-de-Meia	43
7. Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (Pronacampo)	44
8. Brasil Participativo	44

POLÍTICAS DE CULTURA

1. Pontos de Cultura	45
2. Centros de Artes e Esportes Unificados – Praças CEUs ...	46
3. Programa de Agentes Territoriais de Cultura	46

Apresentação

O Programa de Formação Paul Singer – Agentes de Economia Popular e Solidária é construído pelo diálogo entre o Governo Federal, os governos estaduais e municipais, os empreendimentos de economia popular e solidária e coletivos populares, os movimentos populares e o Conselho Nacional de Economia Popular e Solidária.

A partir desse diálogo, as ações fortalecem os espaços de participação social e ampliam a presença da Economia Popular e Solidária nos territórios, promovendo a articulação das políticas territoriais do Governo Federal.

Os territórios são os espaços de atuação dos Agentes de Economia Popular e Solidária. São neles, onde as relações humanas se desenvolvem; cada um com seu histórico de cooperação, contradições, solidariedade e resistência.

Também é nos territórios que o acesso às políticas públicas ocorre. Este guia tem como objetivo difundir, articular e ampliar o acesso a estas políticas.

Participação Social

Em janeiro de 2023, foi instituído o Conselho de Participação Social da Presidência da República, com objetivo de ouvir a sociedade civil e assessorar o Presidente da República no diálogo, na interlocução com as organizações da sociedade civil, com os movimentos sociais e com as representações de movimentos sindicais.

O Sistema Nacional de Participação Social iniciou-se com a criação de 27 Fóruns de Participação Social nos estados e no Distrito Federal, que reúnem 1.127 movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

A Secretaria-Geral da Presidência da República lançou em 2024 a atualização do Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas e reorganizou todos os conselhos de participação social.

Destacam-se:

A Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica;

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea): que trabalha com a segurança alimentar e nutricional do país;

A Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: focada na agroecologia;

A Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: secretariando a comissão que coordena os trabalhos para atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável.

O Conselho Nacional de Juventude: com foco na juventude e sua articulação de políticas.

Saiba mais no link:

<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br>

POLÍTICAS DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

1. Programa de Formação Paul Singer – Agentes de Economia Popular e Solidária

O Programa de Formação Paul Singer, lançado em 2024 e coordenado pela Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES) em parceria com a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), busca fortalecer a Economia Popular e Solidária no país. Em um ano de atuação, o Programa formou 500 agentes em mais de 350 municípios, em 27 estados. O Programa conta com uma Equipe Nacional, coordenadores estaduais e agentes territoriais.

08

Os objetivos são: atualizar o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL); mapear e articular as forças dinâmicas dos territórios; monitorar, tratar e direcionar demandas concretas dos territórios; analisar dados e sistematização de experiências; e auxiliar na mobilização para o Sistema Nacional de Finanças Solidárias.

Como acessar: para mais informações sobre o Programa, clique [aqui](#)!

2. Educar e Cooperar

É um projeto realizado em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB), com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e com a Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo (FESP), voltado à formação de formadores para a promoção de assessoramento técnico e fomento nos territórios de atuação do Programa Paul Singer.

Como acessar: para mais informações, acesse [aqui!](#)

3. Programa Manuel Querino de Qualificação Social e Profissional

É um programa gerido pela Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda (SEMP/MTE), em parceria com os Institutos Federais de São Paulo (IFSP), da Bahia (IFBA) e Rede IFecosol de Servidores Federais, para formação em Economia Solidária. Esse Programa abrange cinco regiões do país e soma R\$ 9 milhões em recursos. Em 2024, houve formação de 2880 trabalhadores/as da Economia Popular e Solidária, em 40 campi de Institutos Federais, em todo o país.

Como acessar: para mais informações, clique [aqui](#)

4. Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC)

O PRONINC promove incubação, formação e assessoramento técnico à empreendimentos econômicos solidários e coletivos populares, por meio da articulação entre universidades, institutos federais, organizações sociais e governos locais. As incubadoras oferecem suporte técnico e metodológico, auxiliando na gestão, comercialização, produção e autogestão das cooperativas.

Ainda, em 2025, serão abertos editais: de R\$ 3 milhões da Secretaria Nacional de Políticas Penais, para projetos com egressos do sistema penitenciário; R\$ 1,5 milhão do Departamento de Saúde Mental, para projetos oriundos de coletivos de saúde mental e Economia Solidária; R\$ 1 milhão da Secretaria de Cultura, para projetos de Economia Criativa e Economia Solidária. Já para 2026, estão previstos editais da Diretoria de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva e Ministério da Educação.

Como acessar: para mais informações, acesse [aqui](#).

5. Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL)

O CADSOL serve para dar reconhecimento público aos EES e permite o acesso deles a políticas públicas. Foi reimplantado em 2023, junto com a criação de 27 comissões gestoras estaduais. O Cadastro deve ser feito pela conta Gov.br e, é analisado por Comissão. Se aprovado, a pessoa responsável pelo coletivo e pela realização do cadastro pode emitir a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário (DCSOL) pelo próprio sistema do CADSOL.

Como acessar: para saber sobre requisitos e passo a passo de como se cadastrar, acesse [aqui](#).

11

6. Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo (ONESC)

O Observatório é um instrumento para produção de informações, estudos e análises para o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil e, é elaborado por atores sociais, estudiosos, conselheiros e gestores públicos. Funciona em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e deve ser relançado, com toda sua base de dados atualizada, em dezembro deste ano.

Como acessar: para mais informações sobre o Observatório, acesse [aqui](#)

7. Sistema Nacional de Finanças Solidárias

O Sistema Nacional de Finanças Solidária (SINAFIS) é um conjunto de iniciativas que buscam democratizar o acesso ao crédito e aos serviços financeiros, com foco nas populações historicamente excluídas do sistema financeiro tradicional. Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário protegem os EES da inflação, promovem autonomia e incentivam o comércio justo. Em 2025, a SENAES investirá R\$ 1 milhão no desenvolvimento desse sistema. Além disso, ela está em negociação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para apoios complementares.

8. Circuito Brasileiro de Feiras de Economia Solidária

As feiras de Economia Solidária são eventos de venda direta ao consumidor, de encontro entre consumidor e produtor e de divulgação da prática de Economia Solidária. Muitas feiras promovem outros eventos, como a Feira de Santa Maria e feiras estaduais e municipais. A SENAES tem o objetivo de, em 2026, lançar o Programa do Circuito Brasileiro de Feiras, para fortalecer-las em todo o país.

9. Centros Públicos de Economia Popular e Solidária

São espaços públicos de comercialização e de fortalecimento da Economia Solidária, como é o Centro Público de Economia Solidária de Itajaí Idalina Maria Boni (CEPESI), e podem abrigar ações de formação, de assessoria técnica, entre outras. Os centros públicos são prioridade para a SENAES, que tem como meta lançar edital de chamamento em 2026 para o setor. A ideia é que se consolidem centros públicos com equipes multidisciplinares de apoio à Economia Solidária.

10. Redes de Economia Solidária

Unem vários segmentos que têm o mesmo fim: impulsionar as cadeias produtivas da Economia Solidária, por meio do fortalecimento da comercialização. Neste ano, a SENAES lançou o Edital nº. 1/2025 para fomento e fortalecimento de Redes de Cooperação Solidária formadas por Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Esse edital dispõe de R\$ 15 milhões e pretende apoiar cada EES para que possa comprar insumos, ferramentas e outros itens que auxiliem o trabalho. Além disso, em 2026, devem ser disponibilizados mais R\$ 10 milhões, da parceira Fundação Banco do Brasil (FBB), para investimentos.

13

Como acessar: para mais informações sobre o edital, clique [aqui](#).

11. Cooperativismo de Plataforma

A Economia Solidária Digital representa o desenvolvimento da Economia Solidária para enfrentar os desafios e demandas da era digital. Ela busca construir alternativas aos grandes conglomerados tecnológicos, para desenvolvimento local e atendimento das necessidades das comunidades.

Na SENAES, estão em desenvolvimento propostas de plataformas cooperativas para: motoristas, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Ligacorp; para entregadores, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e para outros segmentos de Economia Solidária, como cuidadores de idosos ou “e-commerce” solidário. Além disso, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), foi realizada expansão de ponto de atendimento do Rapi 10, antigo Mais Delivery, em São Paulo.

Como acessar: para mais informações sobre o que é cooperativismo de plataforma e exemplos de cooperativas de plataforma, clique [aqui](#).

12. Gestão de resíduos nas terras Yanomami e Ye'kwana

Uma parceria entre a SENAES e o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) resultou nesta ação inédita de seleção de entidades para gestão de resíduos e apoio a catadoras indígenas. Com investimento de R\$ 19 milhões, foram selecionadas a Central de Cooperativas Empreendimentos Solidários (Unisol Brasil) e o Centro de Estudos e Assessoria (CEA), responsáveis pelo manejo e destinação dos resíduos.

Como acessar: para saber mais sobre a ação e seus impactos positivos, clique [aqui](#).

Políticas de Promoção à Segurança Alimentar e à Agricultura Familiar

1. Plano Brasil sem Fome

Para erradicar a fome no Brasil, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Sem Fome (BSF) em 2023, estratégia intersetorial que visa tirar o país do mapa da fome até 2030. O plano atua em três eixos principais: acesso à renda e redução da pobreza, promoção da alimentação saudável da produção ao consumo, e mobilização social. As ações do Plano se articulam com a Economia Popular e Solidária, sendo fundamentais para fomentar empreendimentos econômicos solidários nos territórios.

1.1. Plano de Aquisição de Alimentos (PAA): é uma iniciativa gerenciada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e tem como objetivo promover a compra direta de alimentos de agricultores familiares, sem necessidade de licitação, e a sua destinação a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como à rede socioassistencial, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino.

Como acessar: o agricultor pode acessar recursos do Programa de maneira individual ou por meio de organizações associativas das quais faça parte do quadro societário, por meio de recursos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Para mais informações acesse [aqui](#).

1.2. Bancos de Alimentos: são espaços que possuem estruturas físicas ou logísticas que prestam serviços de captação, recepção e distribuição gratuita de alimentos provenientes de doações públicas e privadas, com ênfase na gestão sustentável dos recursos alimentares. Os Bancos de Alimentos realizam a distribuição gratuita a um público diversificado, contemplando tanto instituições quanto famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.

Como acessar: para ter acesso aos alimentos é preciso estar cadastrado no CadÚnico e, no caso de instituições, é importante se cadastrar no banco de alimentos do território. Para visualizar os endereços dos bancos de alimentos participantes da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, acesse [aqui](#)

1.3. Restaurantes Populares: são espaços públicos voltados à produção e à oferta de refeições prontas, nutricionalmente adequadas e saudáveis a preços acessíveis, advindas de processos de produção sustentáveis, respeitando a cultura alimentar e fomentando a agricultura local ou familiar com acesso universal. Priorizam as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional ou em vulnerabilidade social.

Como acessar: Os equipamentos estão localizados em centros urbanos com população superior a 100 mil (cem mil) habitantes, preferencialmente instalados em locais estratégicos, como: terminais de transporte público e áreas com grande circulação de pessoas, para facilitar o acesso da população. Para mais informações sobre os restaurantes, acesse [aqui](#).

1.4. Quintais Produtivos para as mulheres:

localizados próximos às casas rurais, os quintais produtivos surgiram da Marcha das Margaridas e têm Economia Solidária como valor. Costumam ser criados e manejados pelas mulheres para produção de alimentos, criação de pequenos animais e conservação da biodiversidade. O Programa busca promover a autonomia econômica das mulheres rurais e amplia o acesso às políticas públicas de apoio à produção e comercialização de alimentos e a tecnologias sociais de acesso à água potável, como as cisternas; além de potencializar a agroecologia.

Até o momento, existem mais de 4 mil quintais, 9.500 quintais apoiados pelo Fomento Rural e R\$ 78 milhões investidos. Para 2026, espera-se alcançar mais 3 mil quintais e mais R\$ 30 milhões investidos. Com o Pronaf Quintais, há um limite de R\$ 20 mil para estruturação de quintais, já são 1.131 operações.

Como acessar: para a estruturação de quintais produtivos nos territórios, é preciso participar dos editais divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). É importante realizar o cadastro prévio no sistema Transferegov.br para que se tenha acesso à operacionalização de todas as etapas e fases do Edital. Para mais informações, clique [aqui](#).

1.5. Lavanderias coletivas agroecológicas: R\$ 5 milhões investidos para 300 mulheres beneficiadas, mais de 1.600 famílias. Há nove unidades instaladas em assentamentos nos estados do Nordeste, como iniciativa experimental.

1.6. Territórios Bolsa Verde: realiza pagamentos trimestrais de R\$ 600,00 a famílias em situação de pobreza e que vivem em Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável), em assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária (florestal, agroextrativista e de desenvolvimento sustentável) ou em territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais, como ribeirinhos, extrativistas, indígenas, quilombolas e outros. Os beneficiários se comprometem a cuidar da região onde vivem, a utilizar os recursos naturais de forma sustentável e a preservar a floresta, além de ajudar no trabalho de monitoramento e de proteção dessas áreas.

Como acessar: para participar do Programa Bolsa Verde, a família deve se encontrar em situação de baixa renda, estar inscrita no CadÚnico e desenvolver atividades de conservação da natureza na área onde vive. Para mais informações, clique [aqui](#).

1.7. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O Pronaf é uma das principais linhas de crédito do Plano Safra, direcionada especificamente ao pequeno produtor familiar. Assim, o Plano Safra – 2024/2025, por meio do Pronaf, oferece um conjunto de ferramentas para que os pequenos produtores possam investir em suas atividades e fortalecer suas cadeias produtivas. As operações de crédito rural contratadas no âmbito do Pronaf possibilitam aos agricultores familiares financiarem a aquisição de insumos e realizarem o custeio de suas atividades, como: cultivo de milho, arroz, feijão, olerícolas, ervas medicinais; produtos da sociobiodiversidade; sistemas de produção de base agroecológica; sistemas orgânicos; bovinocultura de leite; avicultura de postura; aquicultura e pesca; extrativismo ecologicamente sustentável; investimento em moradias rurais; viveiro de mudas; turismo rural e artesanato. Abaixo, seguem os subprogramas financiados pelo Pronaf:

Subprogramas	
Pronaf Custeio	Financiamento para itens de custeio relacionados à atividade agrícola ou pecuária desenvolvidas.
Pronaf Agroecologia	Financiamento para investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluídos os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
Pronaf Mais Alimentos	Financiamento para investimento em sua estrutura de produção e serviços, visando ao aumento de produtividade e à elevação da renda da família.
Pronaf Jovem	Financiamento para investimento nas atividades de produção, desde que beneficiários sejam maiores de 16 anos e menores de 29 anos entre outros requisitos.
Pronaf Cotas-Partes	Financiamento para integralização de cotas-partes por beneficiários do Pronaf associados a cooperativas de produção rural; e aplicação pela cooperativa em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.
Pronaf Mulher	Financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção, enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil. Aumento de R\$15 mil no limite de financiamento na safra atual.
Pronaf Microcrédito (Grupo "B")	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, que tenham obtido renda bruta familiar de até R\$ 50 mil, nos 12 meses de produção normal que antecederam a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).
Pronaf Agroindústria	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas e jurídicas, e às cooperativas para investimento em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola, extrativista, artesanal e de produtos florestais; e para apoio à exploração de turismo rural.
Pronaf Bioeconomia	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento na utilização de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção de acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva.

Para ter direito as linhas de crédito do Pronaf, é preciso estar no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF): o interessado deve ir até uma entidade pública ou privada, autorizada pela Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia (SAF/MDA) e requerer sua inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar.

Como acessar: para saber os postos de cadastramento do CAF nos municípios e mais informações sobre as linhas de financiamento, acesse o link do [CAF](#): ou do [Pronaf](#).

Em alguns territórios, tanto para auxiliar com o cadastramento no CAF quanto para outras questões ligadas ao meio rural, será importante que os agentes do Programa Paul Singer se aproximem dos **Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)** vinculados à Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). Eles são atores importantes que, além de ajudarem a promover sistemas produtivos mais sustentáveis e garantir a qualidade dos produtos, viabilizam a distribuição socialmente justa dos alimentos ao incentivar a inserção dos agricultores familiares nos mercados e nas políticas federais de compras públicas.

Programa Coopera Mais Brasil: o Programa Coopera Mais Brasil tem como objetivo principal fortalecer as organizações de agricultores familiares, como cooperativas e associações, para modernizar sua gestão, estimular a agroindustrialização e promover o comércio justo. Entre suas ações concretas, o Programa oferece crédito facilitado – com valores aumentados para a safra 2024/2025, chegando a R\$ 55 milhões para custeio de cooperativas centrais –, acesso a fundos garantidores e assistência técnica para melhorar a gestão e o acesso aos mercados.

Como acessar: através das linhas de crédito do Pronaf, que contemplam as cooperativas. Saiba mais [aqui](#).

3. Cozinhas Solidárias

Têm como objetivo fornecer alimentação gratuita e de qualidade à população, especialmente às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. Elas surgiram junto com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), funcionam de maneira voluntária e cada unidade possui gestão própria. Há Cozinhas Solidárias que, fora do horário geral do serviço de refeições, atendem encomendas (doces, bolos, salgados veganos, almoços para eventos) para que possam ter mais autonomia ou, ainda, desenvolvem outras atividades de interesse coletivo, como: oficinas de formação, ações de educação alimentar e nutricional, reforço escolar e alfabetização de adultos.

Até o momento, existem mais de 2 mil Cozinhas Solidárias em funcionamento no Brasil, numa grande rede de solidariedade. Além disso, foram abertas 1000 vagas em sete capitais – locais onde há maior concentração de Cozinhas Solidárias – para que as cozinheiras qualifiquem ainda mais seu trabalho. Há três modalidades de apoio, além do apoio complementar do próprio Programa Cozinha Solidária:

Modalidades de apoio	
Apoio à oferta de refeições	Apoio financeiro, via entidades gestoras e segundo edital, complementar para oferta de refeições ao público prioritário do Programa.
Fornecimento de alimentos <i>in natura</i>	Abastecimento das cozinhas com alimentos saudáveis do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ou de Termo de Adesão, via estados e municípios.
Formação de colaboradores e processos formativos (ainda será regulamentada)	Apoio à execução de projetos de formação de interesse coletivo, voltados ao aprimoramento do funcionamento das Cozinhas Solidárias.

Como acessar: para encontrar os territórios que contam com as Cozinhas, saber como credenciar entidades ou outras informações sobre a iniciativa, clique [aqui](#)

4. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo)

Fortalece a produção de alimentos saudáveis e a conservação ambiental, promove a inclusão social e o desenvolvimento econômico das comunidades rurais. Visa a promoção da produção orgânica e da transição agroecológica via incentivos financeiros e políticas específicas de fortalecimento das cadeias produtivas. O Planapo inclui o Programa Ecoforte, seu principal instrumento, que busca o fortalecimento das redes de agroecologia e produção orgânica com valor de R\$ 100 milhões para o ciclo 2024 a 2027.

Como acessar: informações sobre o Plano Nacional [aqui](#). Clique [aqui](#) para saber mais sobre o Programa Ecoforte.

23

5. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Consiste no repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal e nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, nas escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Objetiva contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições.

Como acessar: informações [aqui](#).

6. Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais

Esse Programa tem a Economia Solidária como valor e busca apoiar o acesso a mercados. Há 93 organizações produtivas de mulheres rurais em atendimento para aperfeiçoamento da gestão e promoção da agroindustrialização. 2.050 mulheres beneficiadas. Valor investido de R\$ 12 milhões.

Além disso, há diversas iniciativas, dentro de outros programas e projetos, que visam o desenvolvimento de mulheres rurais, como: **Fomento Mulher**, para assentadas da Reforma Agrária; **Mutirões de Documentação**; acesso ao **Crédito Rural** com aumento na participação de mulheres; **Garantia Safra**, como proteção contra mudanças climáticas; **Projeto Jandaíras**, que foca em mulheres e saberes tradicionais para transformação da sociobiodiversidade nordestina e mineira.

Como acessar: para mais informações sobre o Programa de Organização Socioprodutiva, acesse [aqui](#). Sobre o Projeto Jandaíras, saiba mais [aqui](#). Sobre o Fomento Mulher, há mais informações [aqui](#).

7. Programa de Produção e Consumo de Alimentos Saudáveis nos Territórios do Nordeste (PAS Nordeste)

O Programa de Produção e Consumo de Alimentos Saudáveis nos Territórios do Nordeste (PAS Nordeste) é uma iniciativa do Consórcio Nordeste, com apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), envolve cinco ministérios e tem como prioridade a promoção da agricultura familiar, da segurança alimentar e do enfrentamento às mudanças climáticas. Ele representa uma retomada da política de desenvolvimento territorial no semiárido nordestino e marca o compromisso estadual com a inclusão produtiva e a valorização do campo. A ideia é promover governança nos territórios via colegiados, formação de apoios técnicos, aumento da produção e futuros núcleos locais de extensão universitária.

Como acessar: para entender mais sobre o Programa, acesse este [link](#).

Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF)

Identifica produtos da agricultura familiar no Brasil, via Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

Como acessar: para entender mais, acesse este [link](#).

Políticas de Saúde

1. Sistema Único de Saúde (SUS)

O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo e a rede que compõe o SUS abrange tanto ações quanto os serviços de saúde da atenção primária, média e de alta complexidade, serviços de urgência e emergência, atenção hospitalar, ações e serviços das vigilâncias epidemiológicas, sanitária, ambiental e assistência farmacêutica. A Estratégia Saúde da Família (ESF) tem um papel fundamental na garantia de acesso universal e qualificado aos serviços de saúde pela população brasileira, pois se fundamenta no trabalho de equipes multiprofissionais e considera as especificidades territoriais, culturais e sociais, desenvolvendo ações de saúde a partir do conhecimento da realidade local e das necessidades de sua população. As equipes multiprofissionais são compostas, no mínimo, por médico, enfermeiro, auxiliar e/ou técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde (ACS). Pode, ainda, fazer parte da equipe o agente de combate às endemias (ACE) e os profissionais de saúde bucal: cirurgião-dentista e auxiliar ou técnico em saúde bucal. Essas equipes atuam de forma integrada e complementar, promovendo a ampliação do acesso, a equidade e a qualificação dos cuidados em distintas realidades, são elas:

Equipe de Saúde da Família – eSF;

Equipe de Saúde da Família Ribeirinha – eSFR;

Equipe de Consultório na Rua – eCR (pessoas em situação de rua);

Equipe de Unidade Básica de Saúde Fluvial – UBSF.

1.1 Unidades Básicas de Saúde (UBS): são a porta de entrada para as pessoas realizarem os mais distintos tratamentos e são consideradas potenciais espaços de educação, formação de recursos humanos, pesquisa, ensino em serviço, inovação e avaliação tecnológica e seguem o modelo inovador da Estratégia Saúde da Família para os atendimentos.

Como acessar: para saber a localização das UBSs nos territórios entre [aqui](#).

1.2 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): é outro serviço do SUS que pode ser aliado nas ações em Economia Solidária. O serviço atende pessoas de todas as faixas etárias que apresentam sofrimento mental grave e persistente, incluindo aqueles relacionados ao uso de álcool e outras drogas. Nesses centros, os pacientes recebem assistência multiprofissional e cuidado terapêutico conforme a situação de cada pessoa. A relação entre o campo da Economia Popular e Solidária e os CAPS é de longa data e se estabeleceu após algumas iniciativas solidárias serem concebidas e se consolidarem nesses espaços, sendo uma oportunidade para a reinserção de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Como acessar: os CAPS são serviços de saúde de porta aberta, ou seja, qualquer pessoa pode contatar e conhecer as iniciativas da unidade de seu território de atuação. Para maiores informações sobre a rede de atenção psicossocial, entre neste [link](#).

1.3 Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest):

(Cerest): é uma política pública com atendimento especializado em saúde do/a trabalhador/a. Além de atender diretamente aos/as trabalhadores/as, esses locais servem como fonte de conhecimento, ou seja, têm condição de indicar se as doenças ou os sintomas das pessoas atendidas estão relacionados com as atividades que elas exercem em suas atividades laborais. Esses dados podem ser de extrema valia para a compreensão de algumas características específicas de cada território e podem ajudar a pensar ações para a prevenção de doenças ou acidentes recorrentes nos empreendimentos solidários locais

Como acessar: contatar, presencialmente, a unidade no território, se houver. Para mais informações sobre esta política, consulte este [link](#).

28

O modelo da eSF utilizado no SUS busca fortalecer a proximidade e o vínculo entre a unidade de saúde, os usuários e suas famílias, facilitando o acesso, a corresponsabilização e a continuidade do cuidado. O acesso às equipes multiprofissionais da eSF pode se dar no próprio território, na UBS de referência. É importante que os agentes de Economia Popular e Solidária busquem conhecer os **agentes comunitários de saúde**, assim como os demais profissionais de saúde, como **os agentes de endemias**, que atuam no monitoramento e controle de doenças transmitidas por vetores como a dengue, para compartilharem informações sobre as condições de saúde nos territórios.

Para saber mais informações sobre os programas de agentes comunitários de saúde, acesse este [link](#). E sobre os agentes de combate a endemias, entre [aqui](#).

2. Programa de Formadores de Educadores Populares de Saúde

O Governo Federal, por meio de parceria entre o Ministério da Saúde (MS) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), tem investido no **Programa de Agentes Educadores Populares de Saúde (AgPopSUS)**. Esses agentes conhecem as demandas e necessidades da comunidade no que diz respeito às condições de saúde, acesso à alimentação e água, trabalho, renda, transporte, saneamento, rede do SUS e condições de moradia e atuam nos territórios pela valorização de práticas tradicionais e populares de cuidado à saúde.

Até o momento, existem 97 movimentos sociais envolvidos e 11 mil agentes educadores populares de saúde, formados em 550 turmas. A meta para 2026 é que se somem ao programa mais 9 mil agentes e que haja diferentes mostras para estimular a ação em rede. Identificar esses sujeitos e trocar experiências sobre os territórios é importante para pensar ações integradas que favoreçam a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras que atuam nos empreendimentos solidários.

29

Para saber mais sobre os Agentes Educadoras e Educadores Populares de Saúde (AgPopSUS), acesse este [link](#).

3. Plataforma de Inteligência Cooperativa com a Atenção Primária à Saúde (PICAPS)

É uma solução pública inovadora em educação, ciência, tecnologia e saúde para integração estratégica de políticas públicas de enfrentamento de crises, organizada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Ela apoia governança em territórios com populações em situação de vulnerabilidade social, via suporte a estratégias de integração da atenção primária e vigilância à saúde, baseada em tecnologias digitais e sociais, auxílio governamental e ativação de redes de comitês locais. Em dois anos de atuação, a Plataforma apresentou resultados como: formação de 82 especialistas em saúde; criação de painel de vacinação para monitoramento da cobertura vacinal no Distrito Federal; confecção de mapas e cartografias sociais; seminário de governança para desenvolvimento territorial saudável, sustentável e saudável; entre outros. A PICAPS atua em 68 territórios no Brasil, 21 estados do Brasil e 1 território na Colômbia. É coordenada pelo CoLaboratório de Ciência, Tecnologia, Inovação e Sociedade (CTIS), Universidade de Brasília e Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Como acessar: você pode encontrar mais informações sobre a Plataforma [aqui](#).

Políticas de Assistência e Desenvolvimento Social

1. Sistema Único de Assistência Social

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é a estrutura pública responsável por organizar, de forma descentralizada e participativa, os serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social no Brasil. Ele é estruturado em dois níveis de proteção: básica e especial, e atua principalmente na prevenção de situações de exclusão social, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e na garantia de direitos, por meio de equipamentos como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados (CREAS). Os serviços de assistência social presentes nos territórios são equipamentos importantes que podem favorecer o entendimento sobre a comunidade, por meio de informações sociodemográficas, além de ofertar serviços para o acesso a benefícios ou regularização de documentos dos trabalhadores (as) em empreendimentos, sendo um aliado para a elaboração de estratégias territoriais.

1.1 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS):

é uma unidade pública de atendimento à população. É porta de entrada da comunidade, visando ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social. No CRAS, é possível fazer inscrição no Cadastro Único; obter orientação sobre os benefícios e direitos sociais; apoio para resolver dificuldades de convívio e de cuidados com os filhos; fortalecer a convivência com a família e com a comunidade; ter acesso a serviços e projetos de assistência social; apoio e orientação sobre casos de violência doméstica. Existem unidades específicas responsáveis pela oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Como acessar: o CRAS é um serviço de portas abertas a toda a população. Para mais informações sobre o CRAS nos territórios, acesse esse [link](#).

1.2 Centro de Referência Especializado de

Assistência Social (CREAS):

é uma unidade que também atende famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. O que diferencia o CRAS do CREAS é que no CREAS se oferece um atendimento a casos mais complexos, como: violência física, psicológica ou sexual; abandono, trabalho infantil; discriminação, descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, além de ofertar o serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

Como acessar: o CREAS é um serviço de portas abertas a toda a população. Para mais informações, acesse este [link](#).

1.3 Centros de Referência Especializado para

População de Rua: são unidades públicas para o atendimento a pessoas em situação de rua. Nesses espaços, é possível encontrar serviços como alimentação (café da manhã, almoço e lanche); espaços para higiene pessoal e lavar roupas; apoio para conseguir documentos pessoais; guardar pertences; informações sobre trabalho; tirar dúvidas sobre como ter acesso aos direitos, benefícios socioassistenciais e programas.

Como acessar: ir presencialmente à unidade que atende o território para solicitar ajuda. Para mais informações sobre os locais, clique neste [link](#)

Existem outros programas que não fazem parte do SUAS, mas que estão diretamente articulados a ele e são bem importantes nos territórios, tais como:

33

Casa da Mulher Brasileira: é política pública inovadora no atendimento humanizado às mulheres em situação de violência doméstica e integra, no mesmo espaço, serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; Juizado; Ministério Público, Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica; cuidado das crianças – brinquedoteca; alojamento de passagem e central de transportes. Atualmente, há dez Casas em atividade no país: Campo Grande/MS, Fortaleza/CE, Ceilândia/DF, Curitiba/PR, São Luís/MA, Boa Vista/RR, São Paulo/SP, Salvador/BA, Teresina/PI e Ananindeua/PA.

Como acessar: para mais informações sobre os serviços disponíveis e localização das Casas, acesse o [link](#).

Conselho Tutelar: órgão permanente e autônomo que zela pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Os Conselhos Tutelares devem ser acionados em qualquer situação que configure ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes.

Como acessar: ir presencialmente à unidade que atende o território para solicitar ajuda. Para mais informações sobre os locais, clique [aqui](#).

Conhecer os serviços de assistência social presentes nos territórios é fundamental para auxiliar, quando necessário, trabalhadores e trabalhadoras que atuam nos empreendimentos solidários e que necessitam de algum apoio para recompor suas trajetórias. Os/As agentes de Economia Popular e Solidária podem indicar esses serviços para que a população busque orientação nesses espaços ou - até mesmo - ir presencialmente para obter informações socioeconômicas dos territórios para subsidiar as estratégias de articulação quando estiverem em campo.

2. Centros de Cidadania PopRua

Buscam promover cidadania, reduzir desigualdades e defender direitos de populações socialmente vulnerabilizadas. Há uma atenção especial às demandas relacionadas ao uso de substâncias psicoativas. O PopRua oferece infraestrutura mínima de cuidado, higiene, guarda de pertences e atendimento em direitos humanos.

Funciona de forma integrada com os Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social (CAIS) e com o Programa Pontos de Apoio à População em Situação de Rua (PAR).

Numa parceria entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), foi lançado novo edital de chamamento para implantação de até 40 unidades em 21 municípios.

Como acessar: para mais informações sobre os Centros PopRua, acesse [aqui](#).

3. Plano Nacional Pena Justa

Elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a União, com apoio de diversas instituições, o Pena Justa é um plano para enfrentar a situação de calamidade nas prisões brasileiras. Busca promover uma responsabilização justa, com efeitos na reinserção social das pessoas na vida pós-cárcere, e diminuição da reincidência criminal. Há mais de 300 metas a serem alcançadas até 2027, com vistas à satisfação dos direitos humanos fundamentais da população e, consequentemente, à segurança pública e ao bem-estar social.

Como acessar: para mais informações, clique [aqui](#)

4. Periferia Viva – Urbanização de Favelas

É uma iniciativa do Governo Federal para melhorar a qualidade de vida nas favelas e periferias do Brasil. Seu objetivo é levar obras de infraestrutura, como saneamento, mobilidade e moradia digna, de forma integrada, articulando ações de várias áreas como saúde, educação e cultura. O programa funciona com planejamento específico para cada comunidade, busca financiamento por meio de verbas públicas (como o PAC) e incentiva a participação dos moradores tanto no planejamento quanto no apoio a projetos locais já existentes, monitorando tudo para garantir que as ações atendam às reais necessidades das pessoas.

Como acessar: para mais informações sobre o Periferia Viva, clique [aqui](#).

36

5. Projeto Agentes Territoriais da Igualdade Racial

Iniciativa em construção pela Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SENAPIR) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Visa formar uma rede de agentes para promoção da igualdade racial nos territórios brasileiros. A missão principal é articular esforços individuais e coletivos para consolidar a igualdade racial como pilar para o desenvolvimento social. Até o momento têm sido realizadas oficinas e articulações para estruturação do projeto.

Como acessar: para saber mais, acesse [aqui](#).

6. Territorialização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Neste ano, durante a 30ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP30), foi anunciada a 1ª Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pela Secretaria Nacional de Participação Social, parte da Secretaria-Geral da Presidência, que tem papel crucial no processo de territorialização dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, definida em 2015 pela ONU.

Como acessar: encontre [aqui](#) mais informações.

Políticas de Educação

1. Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo

O Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos é uma política pública construída de forma colaborativa entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Ele articula programas ou ações com o objetivo de superar o analfabetismo; elevar a escolaridade; ampliar a oferta de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) nos sistemas públicos de ensino, inclusive entre os estudantes privados de liberdade; e aumentar a oferta da EJA integrada à educação profissional. Dentre as ações estão: Pé-de-Meia EJA, Agentes de governança do Pacto EJA nos territórios, EJA em Unidades Prisionais, Medalha Paulo Freire e outros. O Pacto passou por atualização de suas diretrizes e deve implementar novas ações, incluindo a perspectiva da educação popular nos territórios.

Como acessar: As ações previstas no âmbito do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo podem ser acessadas nesta [página](#).

2. Escolas de Educação de Jovens e Adultos (EJA)

É uma modalidade de ensino que oferece oportunidades para jovens, adultos e pessoas idosas que nunca frequentaram a escola ou não concluíram o ensino fundamental ou médio. Ela oferece a oportunidade de retomar os estudos e concluir a escolarização básica, respeitando os tempos, histórias e necessidades desses sujeitos.

É voltada para jovens a partir de 15 anos (Ensino Fundamental) e adultos a partir de 18 anos (Ensino Médio). Pode ser oferecida em escolas públicas ou privadas. Tem uma abordagem pedagógica que considera a realidade de vida, o trabalho e os saberes prévios dos estudantes. Está alinhada aos princípios da educação popular, da inclusão social e da promoção da cidadania.

Como acessar: Para saber mais sobre as escolas que ofertam essa modalidade de ensino próximo a sua região, acesse esta [página](#).

3. Centros de Educação e Cooperação Socioambiental

Os Centros de Educação e Cooperação Socioambiental (CECSAs) estão vinculados à Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/1999 e coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) em parceria com o Ministério da Educação. Esses centros são iniciativas públicas que visam fortalecer a educação ambiental crítica e emancipatória, promovendo a formação de educadores, o engajamento comunitário e a articulação entre diferentes atores sociais para enfrentar desafios ambientais e sociais nos territórios.

São espaços de cooperação, articulação, elaboração estratégica, formação e desenvolvimento de organizações e pessoas engajadas em temas como as mudanças do clima, agroecologia, economia solidária, bioeconomias, educação socioambiental, erradicação da pobreza, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção sustentável, água e outros temas relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Os Centros devem contribuir para a condução de políticas públicas territoriais de Educação Ambiental que sejam permanentes, continuadas, articuladas e busca desenvolver a totalidade dos que vivem naquele território para que assumam a perspectiva de (se) educarem ambientalmente e contribuírem para a formação de mais pessoas que (se) educam ambientalmente;

Como acessar: Para conhecer mais sobre os CECSAs, acesse a [página](#) do Programa.

4. Centros Vocacionais Tecnológicos

Assim como os Telecentros, os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) são unidades de formação profissional voltadas para a capacitação tecnológica e profissional de jovens e adultos, com foco no desenvolvimento regional e no fortalecimento das economias locais. Eles têm como objetivo proporcionar qualificação técnica em áreas estratégicas para o mercado de trabalho, especialmente em regiões onde o acesso a esse tipo de educação é mais limitado.

Entre os principais objetivos dos CVTs estão: promover a qualificação profissional de jovens e adultos para que eles possam ingressar no mercado de trabalho ou melhorar suas condições de trabalho; estimular a inovação e o uso de tecnologias para o desenvolvimento das regiões e a criação de novas oportunidades econômicas; e reduzir desigualdades regionais, ao proporcionar acesso à educação técnica de qualidade em áreas periféricas ou com dificuldades de acesso à educação.

Como acessar: É possível encontrar os CVTs existentes nos territórios por meio do [Mapa Estratégico para Políticas da Cidadania](#) ou na página do [Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação](#).

5. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

Visa a alfabetização das crianças na idade certa, por meio de um regime de colaboração entre a União, Estados e Municípios; pelo monitoramento e acompanhamento por meio dos resultados da alfabetização; e pelo apoio financeiro para a estrutura escolar e distribuição de materiais didáticos e pedagógicos aos alunos e professores. Escola em tempo integral e fomento para os estados e município para a criação de matrículas em tempo integral com mais de 7 horas diárias ou 35 horas semanais, disponível para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Como acessar: encontre [aqui](#) mais informações.

6. Programa Pé-de-Meia

Programa de incentivo financeiro educacional com a finalidade de promover a permanência e a conclusão do Ensino Médio, na rede pública de ensino, aos beneficiários do CaDÚnico. O objetivo é reduzir as desigualdades sociais entre os jovens, democratizar o acesso ao ensino e fomentar a inclusão educacional. Funciona como uma poupança, ao comprovar matrícula e frequência, o estudante do ensino regular recebe o pagamento de incentivos mensais no valor de R\$ 200, que podem ser sacados a qualquer momento.

No caso da educação de jovens e adultos, ao comprovar matrícula, o estudante recebe um incentivo de R\$ 200, além de incentivos de R\$ 225 pela frequência, ambos disponíveis para saque. O beneficiário do Pé-de-Meia ainda recebe R\$ 1.000 ao final de cada ano concluído, que só podem ser retirados da poupança após a formatura no Ensino Médio. Considerando as parcelas de incentivo, os depósitos anuais e o adicional de R\$ 200 pela participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), os valores chegam a R\$ 9.200 por aluno.

Como acessar: encontre [aqui](#) mais informações.

7. Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (Pronacampo)

Configura uma política de articulação para garantia de oferta, ampliação e permanência na educação, assegurando o direito à educação e suas especificidades a todos os povos e origens. É uma conquista dos movimentos sociais e da participação popular representativa das populações do campo. Está disponível nas modalidades da Educação Básica, Educação Profissional e Tecnológica e Ensino Superior.

Como acessar: encontre [aqui](#) mais informações.

8. Brasil Participativo

Para inclusão da população nas decisões sobre as leis, projetos e ações que afetam a vida de todos. Existem diferentes processos participativos, como conferências, consultas públicas, conselhos e colegiados, planos participativos e fóruns. Até o momento, na plataforma oficial, estão somados 47 processos participativos, mais de 9 milhões de acessos e mais de 1 milhão de participantes.

Como acessar: encontre [aqui](#) mais informações.

Políticas de Cultura

1. Pontos de Cultura

São espaços reconhecidos e apoiados financeira e institucionalmente pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional de Cultura Viva, para desenvolverem ações socioculturais em suas comunidades. Os Pontos de Cultura podem ser grupos, coletivos ou organizações culturais que desenvolvem ações continuadas nas comunidades onde atuam. Eles abarcam uma diversidade grande de áreas temáticas, tais como: música, teatro, audiovisual, tradições populares, cultura digital, artes visuais, literatura, culturas indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, periféricas, entre outras.

Como acessar: A Plataforma Cultura Viva reúne informações sobre os diferentes Pontos e Pontões de Cultura espalhados por todo o país. Para visualizá-la, acesse [aqui](#).

2. Centros de Artes e Esportes Unificados – Praças CEUs

Os CEUs integram num mesmo espaço programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital. Eles integram diversos serviços: como: escolas, bibliotecas, teatros, salas de informática, ginásios, piscinas, áreas abertas e espaços comunitários. São espaços de acesso gratuito e voltados para toda a comunidade, com atividades educativas e culturais abertas ao público.

Como acessar: Para saber a localização desses espaços, clique [aqui](#).

46

3. Programa de Agentes Territoriais de Cultura

O Ministério da Cultura também desenvolveu um programa de agentes territoriais, a partir do Programa Nacional dos Comitês de Cultura, que tem como objetivo ampliar o acesso às políticas públicas de cultura, fortalecendo a democracia e a participação popular e cidadã no âmbito das políticas socioculturais e do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Até o momento, há 24 comitês de cultura e 651 agentes. A formação dos/as agentes se dá via parceria com Institutos Federais e via encontros regionais e nacionais. Em um ano de Programa já se obteve bons resultados, inclusive agentes premiados e agentes que se juntaram para atuação em rede, a fim de aumentar o fomento.

Como acessar: Para saber mais sobre o Programa, acesse este [link](#).



Programa Paul Singer



MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO PÓVO BRASILEIRO